

CAPITULO 1

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PARA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS MUSEUS

Judite Sanson de Bem

Maria de Lourdes Borges

Margarete Panerai Araujo

Moisés Waismann

1 Introdução

A Política Nacional de Museus, publicada em 2007 pelo Ministério da Cultura, contou com a colaboração de inúmeros agentes sociais, destacando as possibilidades dessas práticas sociais complexas. O presente livro elenca algumas considerações a respeito das políticas para proteção e promoção dos Museus. Essa breve introdução apresenta algumas recomendações, no sentido de oferecer um panorama sobre o tema. Nesse sentido, segue essa introdução com as diretrizes propostas, na política nacional e posteriormente os artigos produzidos. Destaca-se que este livro contém produção desenvolvida pelos alunos na disciplina do Doutorado de Tópicos Avançados em Gestão e Bens Culturais do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPG MSBC), em 2017/2, cuja temática foi “Museus”.

2 Orientações da Política Nacional de Museus

As orientações da Política Nacional de Museus foram desenvolvidas como práticas sociais ou, também denominadas de pontos, onde perpassa a “criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais” (PNM, 2007, p.8). Essas orientações estão explícitas, como sendo um roteiro de possibilidades de ação de governo para o país, bem como, para a busca de parceiros nacionais e internacionais. A Política Nacional de Museus contempla os seguintes princípios adotados:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e

gerenciamento do patrimônio cultural.

6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades (PNM, 202, 24-25).

Frente aos objetivos destacados também foram consolidados pela Política Nacional, os sete Eixos Programáticos para o desenvolvimento das ações, conforme explicitados no quadro 1:

	Eixos Programáticos	Descrição
	Configuração do campo Museológico	Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, à integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de polos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.
	Acesso aos Bens Culturais	Democratização e Acesso aos Bens Culturais
	Formação de Recursos Humanos	Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; [...]
	Informatização de Museus	Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos [...]
	Infraestrutura	Modernização de Infraestruturas Museológicas [...],
	Fomento	Financiamento e Fomento para Museus [...]
	Gestão de acervos culturais	Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta [...] (PNM, 202, 24-25).

Fonte: Autores, com base na Política Nacional de Museus, 2007.

Essas diretrizes, que fundamentam a Política Nacional de Museus, estão aplicadas em todo o território, como resultado de um processo de democratização, conforme a recomendação da UNESCO, voltado para a proteção e promoção da diversidade cultural e natural no século XXI. Além disso, os museus foram considerados como espaços de transmissão cultural, diálogo intercultural, aprendizado, discussão e capacitação e, também desempenham uma função importante na educação e no desenvolvimento sustentável. Cumpre lembrar que, nas recomendações da UNESCO foi definido o conceito de museu como sendo:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e de seu meio ambiente para fins de educação, estudo e deleite (LEITE, 2016, p. 11).

Assim, demonstrando a política, as diretrizes essenciais e algumas recomendações da UNESCO

para a preservação do patrimônio e das atividades relacionadas, tem-se um desafio frente à globalização como um desdobramento da Política Nacional de Museus, do criado o Sistema Brasileiro de Museus e da criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003, que seja de dar atenção aos instrumentos institucionais, de democratização, e de fomento articulando esse setor museológico em todo Brasil.

Com o objetivo maior de apresentar aos leitores alguns desdobramentos do e-book intitulado *Museus, Memórias e Gestão: Casos Rio-Grandenses* apresenta-se os diferentes autores e suas análises sobre o tema.

André Venzon apresentou o enfoque da gestão cultural das instituições de Artes Visuais públicas no estado do Rio Grande do Sul destacando em seu texto o Instituto Estadual de Artes Visuais do Rio Grande do Sul (IEAVi), o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS) e o Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MAC-RS).

Márcia Bertotto apresentou uma revisão bibliográfica desenvolvendo tópicos acerca da gestão na área da cultura e da sua aplicação em museus.

Lizandra Veleda Arabidian apresentou a temática gestão cultural buscando discutir o papel dos espaços de cultura e de memória no desenvolvimento local/regional, tendo como objeto de estudo o Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, localizado no Parque dos Rosa, uma instituição mantida pela Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

Ricardo Buneder apresentou a moda como uma ideia que alimenta a atividade produtiva de diversos setores da economia. Esses lugares de memória são organizações que movimentam recursos humanos e materiais, dinamizando e estimulando a região e/ou tecido urbano onde estão instalados.

Miriane Steiner de Sousa apresentou o Patrimônio Cultural imaterial, enquanto um dos conceitos da construção de conhecimento e elaboração de uma nova modalidade de referência histórica, e social, com uma perspectiva inclusiva, tanto para a diversidade, quanto para memória social.

Gerson Luiz Santos Rocha apresentou, a moda como parte do campo da Cultura, ao lado do Design e dos espaços culturais e de memória, que podem dar suporte a qualificação do desenvolvimento econômico local. Os museus e arquivos fotográficos tem importante potencial na compreensão da evolução histórica das indumentárias ao favorecer o processo criativo. Identificou a Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, como referência para a pesquisa.

Kellen Cristina Varisco Lazzari apresentou o Museu das Missões como parte dos bens tombados pelo IPHAN, e a necessidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro e conservar e monitorar os bens culturais brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial e na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

O desafio de organizar um E-book, que destaque itens sobre a Política Nacional de Museus e reforce a proteção através dos princípios existentes referentes à função do patrimônio cultural e natural, em suas formas tangíveis e intangíveis, é muito importante, e toma a forma de responsabilidades. Assim, acolher as diferenças nos textos transversais sobre o tema que, com sua pluralidade de olhares, nos leva a diversificadas formas de recomendações e estudos é muito gratificante. Frisamos nossos agradecimentos e grande apoio dos autores para efetuar essa publicação. Agradecemos a Editora Unilasalle que acolheu

novamente o trabalho em torno da linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural em torno de temática tão importante.

Referencias

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus** / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007. 184 pp.

LEITE, P. P. (Org.). Coleções sua Diversidade e Função Social. **Informal Museology Studies**, n. 13. Portugal, Lisbon: Spring, 2016.